

Afinal de contas: que H(h)istória é essa?

After all, what is this H(h)istory?

*Cleber Almeida de Oliveira*¹

RESUMO

Asseverar a constatação fática de que a produção histórica brasileira das últimas cinco décadas, apesar da sua diversificação e do aprofundamento pontual de algumas temáticas convergentes, encontra-se circundada por uma poderosa e perigosa dicotomia, presa em uma encruzilhada, onde há uma prevalência danosa – culposa ou dolosa, e com diferentes gradações de intencionalidade e premeditação – de se inculcar, e perseverar, a não diferenciação, e até mesma torná-las “siamesas”, entre historiografia e historicidade. Frisa-se que não existe purismo no estudo/pesquisa/produção textual de qualquer ciência/conteúdo produzido pelo ser humano ao longo de milhares de anos, contudo não saber e, pior, não se importar, com esse jogo manipulatório, com esse teatro de sombras obscuras e ludibriantes, é além e um grande desserviço à humanidade uma prova inquestionável de que, caso não haja uma reação séria e coordenada, a História está morrendo pelas manobras ardilosas de nossas mãos, bem como que não tardará o tempo em que os poucos que ainda se lembrarem de como se fazia a produção histórica séria, ordenada e esclarecedora irão buscar alívio nos antigos contos de fadas, pois pelos menos esses jamais deixarão de ser ficção, de manter a sua originalidade.

Palavras-chave: Ideologia e História; Historiografia e Historicidade; Produção Científica Isonômica.

ABSTRACT

This text is an assertion of the factual realization that over the last five decades, Brazilian historical production despite its diversification and occasional deepening of some convergent themes, is surrounded by a powerful and dangerous dichotomy. It is stuck at a crossroads, where there is a harmful prevalence of the instilling and persevering of non-differentiation, through guilt or malice with different degrees of intentionality and premeditation, thus creating a "Siamese" historiography and historicity. Furthermore, there is no purism in study / research / textual production of any science / content, produced by human beings over thousands of years. The not knowing, and worse, not caring about this manipulative game and about the theater of obscure and deceitful shadows, goes beyond a great disservice to humanity. The unquestionable proof that if there is no serious and coordinated effort, history will die through no fault but our own, and it will not be long before the few who still remember how serious, orderly and enlightening historical production was, will seek relief from the old fairy tales, for at least they maintain their originality and will never cease to be fiction.

KEYWORDS: Ideology and History, Historiography and Historicity, Scientific Production Isonomy.

167

¹ Professor, Delegado FAHIMTB, Pesquisador CEPHIMEX, Sócio correspondente IGHMB/INSTITUTO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA MILITAR (UNESCO). E-mail: cleprofhist@gmail.com

História fora de rumo/contexto: ideologização desfigurante

Na qualidade de formadores de opinião, percebe-se um receio progressivo, e um temor meticulosamente trabalhado/disfarçado, dentro da comunidade acadêmica, em seus vários ramos de conhecimento, de pesquisa e de produção científica, de se apresentar como inovadora, progressista e jamais conservadora, e tampouco contestadora atroz e contumaz daquilo que em um determinado contexto histórico e cultural/civilizatório firma ou é percebido como “a voz das massas”, “a consciência coletiva”, ou seja, não pretendem se atreverem a serem rotulados como “politicamente incorretos”. Causa espécie/espanto esse estranho lapso de memória, algo como uma amnésia quase zumbi, de se ter a certeza de que fazer ciência é buscar autonomia de pensamento, é ter a coragem não apenas de desafiar padrões previamente estabelecidos, mas também de contrapor, com argumentações críveis e convincentes a descabros com roupagens pseudocientíficas, de saber separar

aquilo que deve sim ser preservado de outras tantas coisas que clamam por contestação e que merecem serem modificadas e/ou suprimidas.

Infelizmente, grande parte das “doutas sapiências” dos últimos cinquenta anos tem se aliado de promover tal reflexão, abstendo-se de praticar tais condutas probas, afinal eles querem figurar como mentes inovadoras e cair nas graças da população e de certos grupos políticos e ideológicos, escolhas que por si só demonstram a quase inexistente credibilidade e fundamentação do seu discurso, do seu trabalho. Cabe ressaltar que não se está procedendo a uma generalização abjeta e torpe de que aquele que não concorda com minha opinião, que não comunga das minhas crenças, que não faz parte de uma “confraria” com a qual me identifico e alinho, que não promove estudos/pesquisas dentro do modelo/metodologia por mim escolhido está totalmente equivocado/errado, pois o que aqui se busca defender e reeditar é a inabalável convicção de que ninguém pensa ou interpreta absolutamente igual ao outro, que alguns conseguem perceber/ver detalhes, singularidades e

vieses que outros ignoram, ou seja, que é somente através do confronto salutar dos opostos, do debate democrático e livre de ideias é que de fato se constroem o discurso e a produção histórica; autênticos e evolutivos.

Ao se buscar nos dicionários a definição de historiografia, é comum encontrar a definição de que ela é uma palavra polissêmica, a qual designa não apenas o registro escrito da História, a memória estabelecida pela própria humanidade através da escrita do seu próprio passado, mas também a ciência da História. É a ciência que estuda, analisa e registra os fatos históricos ao longo do tempo, também pode ser definida como a ciência que conta como os seres humanos fizeram história com o passar do tempo, aquela que estuda épocas e estados variados fazendo compreender os métodos, as formas e os objetos de estudo. O seu contraponto é a historicidade, a qual é entendida sobre dois prismas: ou como sendo a realidade histórica de pessoas e eventos, significando a qualidade de fazer parte da história em oposição a ser um mito, lenda ou ficção, concentra-se no verdadeiro valor das afirmações de conhecimento sobre o passado; ou então uma forma

personalista de interpretar e divulgar um determinado contexto, evento ou personagem histórico, sem os devidos cuidados para se evitarem tanto amputações como mistificações e/ou reengenharias.

Por mais absurdo e incrível que possa parecer, tal separação é cada vez mais difícil de ser percebida, ou melhor dizendo, cada vez mais evitada e indesejada. A vital e produtiva mente livre do estudioso vem, ininterruptamente, cedendo espaço para o corruptor, e escravizador, servilismo ideológico oportunista.

A reflexão acerca desse descaminho perpassa a compreensão basilar de dois significados e de suas significâncias, que se agrupam/unem para formatar esse amálgama disforme: a ideologia e suas implicações nas ciências. Cesar (2013, p. 2), partindo de uma analogia entre o método científico caracterizado pela observação dos fenômenos, sendo que Galileu foi o primeiro a usá-lo - sendo que método científico experimental que se restringia, a princípio, ao campo das ciências naturais - destaca que, mais tarde, tal método serviria de modelo para as ciências sociais sob os princípios de racionalidade, objetividade e neutralidade.

Perseverando nesse caminho inverso – do ordenamento metodológico da práxis científica para a ideologização das suas externalizações – há que se afirmar que (CESAR, 2013, p. 2) é evidente que tal método aplicado às ciências sociais jamais poderia ser efetivo, fundamentalmente devido à natureza social do homem, pois, desse modo, este homem que só sobrevive em sociedade terá que decidir sobre a produção e a distribuição material da vida, em um contexto de divisão da sociedade em grupos ou classes. O que significa mensurar, agora adentrando no seu emprego direcionado à formação de “verdades necessárias” à manutenção/modificação de estruturas de poder, que esta sociedade só poderá sobreviver se conseguir justificar diante aos seus membros por que decidiu produzir e distribuir de uma forma e não de outra, beneficiando uns e não outros, ou ainda todos, e que não é à toa que toda organização social precisa legitimar-se, cenário no qual a ideologia não é outra coisa senão o conjunto de normas, valores, símbolos, ideias e práticas sociais que procuram justificar as relações econômicas e sociais existentes no interior da

sociedade que beneficiam um determinado grupo.

Grosso modo, sem muitos detalhes, é seguro conceituar que, a partir das definições anteriores, podemos concluir que a ideologia é uma estrutura de pensamento ligada a um grupo dominante, bem como que este grupo tem muitos mecanismos de preservação de seus interesses que vão desde o domínio do Estado até o controle da mídia em geral. **Importante frisar que não se trata – a priori – de uma elaboração maquiavélica, ao contrário, esta é fruto de um complexo processo social espontâneo vazado por mecanismos racionais e por práticas sociais; embora seja tanto uma forma de conceber a realidade e de escamotear a mesma criando uma ilusão.** (CESAR, 2013, p. 2, grifo nosso). Nessa convergência:

Neste sentido, como separar a ciência da ideologia, já que ambas se apresentam sob a forma racional, i.e., apoiadas em argumentos lógicos? **Primeiramente devemos entender que a ciência objetiva a verdade e não a criação de uma. Seu universo é o das leis objetivamente estabelecidas. A ideologia move-se no universo dos valores. Ora, os valores sempre estão associados à um determinado ponto de vista. Os valores não são neutros, expressam uma determinada**

visão do mundo. O perigo da ideologia é que está se apresenta com a roupagem de ciência, mas defende determinados interesses e não a verdade. Assim, a ideologia procura explicar o mundo, como a ciência, mas influenciada por valores. É um sistema de idéias que tende a transforma-se num sistema de crenças. Então segundo Araújo (1995), é praticamente impossível separar ciência da ideologia. (CESAR, 2013, p. 2-3, grifo nosso)

E como identificar suas ingerências, seus liames?

Os limites entre ciência e ideologia (bem como entre ciência e tradição) não são claros. Como distinguir entre estes dois campos? Tarefa difícil, senão impossível, porque não existe um lugar “não ideológico” a partir do qual se possa falar cientificamente sobre ideologia (ARAÚJO,1995, p.17). Todo discurso ou qualquer elaboração mais ou menos sistemática pode estar contaminada pela ideologia, mas apresenta-se a nós como foros de ciência. A ideologia, para se expressar com eficácia, tende a aglutinar-se num conjunto de idéias. Estas idéias filtram-se até as últimas camadas da pirâmide sócia e, sorrateiramente, passam a governar o comportamento dos grupos que compõem a sociedade. Embora a ideologia esteja vinculada ao grupo dominante, ela é internalizada pela maioria dos membros da sociedade (pertencam ou não ao grupo dominante). A partir daí, os membros desta sociedade passam a acreditar na retidão das instituições. Apoiando neste sistema de idéias que, agora, se transformou num sistema de crenças, a aceitação da organização social existente torna-se espontânea. Justifica-se o status quo. (CESAR, 2013, p. 3, grifo nosso)

A mais superficial e despreziosa das análises sobre esse fenômeno associativo urdido na construção de todo e qualquer processo cultural e civilizatório, bem como de formação/transformação dos aparelhos de Estado e das relações institucionais, demonstra que o pretendido comensalismo, de viés simbiótico, degradingola para um parasitismo intencional e consecutivamente arquitetado tanto pelos grupos hegemônicos/elites que detêm o poder em um dado período/contexto histórico como por extratos/facções/segmentos que constroem estratégias de média e longo prazo para galgarem o controle total socioinstitucional. Quando essas maquinações se atrelam à pesquisa e às produções históricas, seus resultados tendem a ser, quase sempre, exponencialmente mais abrangentes e controladores/doutrinadores, ainda mais quando tais táticas se encontram atreladas ao ensino escolar, ao seu currículo.

Pansarelli e Pansarelli (2010, p. 281) comprovam que a premissa de que a forma como o discurso dos parâmetros curriculares quanto à história do componente História na educação básica em geral e, no ensino

171

fundamental em particular, não considera a questão da ideologia dos dominantes nem a ideia de uma compreensão de nossa história de uma maneira a levar à libertação da forma histórica traçada e mantida pelas elites ao longo dos tempos. Há que se entender, e reproduzir, sempre a noção/certeza de que a história não é feita apenas de fatos, de que para além destes estão os sujeitos históricos que constroem interpretações sobre os fatos e as consequências que estas interpretações trazem aos futuros sujeitos da história.

O modelo cotidiano mais comum é aquele que se pauta na difusão (PANSARELLI, PANSARELLI, 2010, p. 281) da negligência com a história dos excluídos, que fez de nós uma nação de oprimidos que hospeda em si a ideologia de seus opressores. Em vista dessas distorções recorrentiais, o que se objetiva é a compreensão dessa construção historicamente desenhada em nossa pátria seja, talvez, um necessário passo para de fato nos libertarmos dessa ideologia que nos prende a um passado e a um futuro que não nos pertencem, para que em nosso momento presente possamos nos libertar da história que os dominadores

nos contaram e nos fizeram aceitar como nossa.

Identifica-se, nesse particular, um risco mortal e presencial de que periódicas “ondas revisionistas” criem divisões permissivas e tendenciosas, elencando rol de “vilões e mocinhos”, de cidadãos de primeira e segunda classe, de reordenamento e reinterpretções de eventos/fatos de modo a sacralizar certos grupos e demonizar/defenestrar outros tantos, tratando a História como a “Grande Inquisidora” da humanidade, o “Grande Carrasco” dos desafetos de quem manda/oprime, e, assim, desconsiderando sua missão original de proclamar aquilo que e como fizemos; para que possamos aprender com nossos acertos e erros. Benedetto Croce (1866-1952), historiador, escritor e filósofo italiano, legou-nos duas afirmações, dentre várias, muito salutares sobre a História – no seu Livro “La Storia come Pensiero e come Azione” (1938): “Não basta dizer que a história é o juízo histórico, mas é preciso acrescentar que todo o juízo é juízo histórico, ou história, com certeza”, e “A cultura histórica tem o objetivo de manter viva a consciência que a sociedade humana tem do

próprio passado, ou melhor, do seu presente, ou melhor, de si mesma”.

Nessa seara, dentro das muitas interpretações possíveis:

Podemos concluir que a História sempre foi, e ainda é, um componente curricular disputado pelas intenções políticas, e numa análise histórica sob as perspectivas dusseliana e marxista é evidenciar que na história do componente sempre houve intenção das elites de se formar uma identidade brasileira para a servidão, seja sob o aspecto do miscigenado injustiçado não se perceber como oriundo de um povo que foi explorado, mas sim ‘melhorado’ pela invasão europeia, seja o trabalhador patriota que defende as políticas do país sem de fato compreendê-las, ou ainda o proletariado que não se percebe como produtor. De uma forma geral, o componente parece servir mais à alienação de quem o estuda, ou seja, a separação do ser histórico de sua verdadeira origem, do que à compreensão e superação da exploração historicamente construída pelos europeus na América Latina. (PANSARELLI, PANSARELLI, 2010, pp. 291-2)

Uma das desconstruções mais corriqueiras e simplórias da sequencialidade evolutiva do pensamento e da práxis históricas é o “lugar comum” da aceitação placeba de que a dialética é “propriedade intelectual e privada” do marxismo científico, desconsiderando, de forma grosseira e sem qualquer embasamento lógico e historiográfico, suas raízes milenares – dialética de Sócrates,

Platão, Hegel, Schopenhauer (Erística) etc. Dialética é, pois, um debate de ideias diferentes, que um posicionamento é defendido e contradito logo depois, sendo que para os gregos, dialética era separar fatos, dividir as ideias para poder debatê-las com mais clareza – TESE, ANTÍTESE, SÍNTESE; base angular do método científico –, o que reitera que a dialética propõe um método de pensamento, que é baseado nas contradições entre a unidade e a multiplicidade, o singular e o universal e o movimento da imobilidade.

Como ela vem desde a Antiguidade Clássica, a Dialética não apresenta lacunas na sua trajetória de instigação do debate entre os contraditórios e na lisura acadêmica e científica, corroborando a célebre citação de Friedrich Nietzsche (1844-1900), filósofo alemão, de que “A história só é tolerável para personalidades fortes, ela sufoca as personalidades fracas”.

Quanto a sua aplicabilidade na Idade Média – a qual não merece, na sua plenitude, as alcunhas degradantes de “Idade das Trevas” e/ou “Noite dos Mil Anos”:

Desde os primórdios da Idade Média, algumas artes liberais eram consideradas como base para que o homem pudesse se desenvolver como ser humano e possibilitar a liberdade de pensamento e poder de interferir na evolução dos costumes e da cultura, o que atualmente denominamos exercer plenamente a cidadania. Quando mencionamos artes liberais, estas estão dentro do conceito de serem consideradas disciplinas apropriadas para a formação de um homem realmente livre, totalmente isento de preocupações profissionais, mundanas e utilitárias. Porque essa isenção é importante? Vejamos que num paralelo com o mundo contemporâneo, as preocupações profissionais estão listadas como uma das principais no elenco do homem moderno. Por quê? Se o homem tem preocupações com a perda do emprego que é o meio de sobrevivência na luta feroz que existe no mercado profissional, impactos familiares podem destruir uma família em pouco tempo. Com relação às preocupações mundanas, infelizmente o homem tem uma tendência a dar mais valor aos bens materiais do que aos bens culturais e filosóficos. Tradicionalmente, as sete artes liberais englobam, desde a Idade Média, dois grupos de disciplinas: de um lado, o trivium e do outro, o quadrivium. (BATISTA, 2016, p. 1)

Relatando sobre a presença e a relevância da dialética nesse período histórico:

O trivium concentra o estudo do texto literário por meio de três ferramentas de linguagem pertinentes à mente. O quadrivium engloba o ensino do método científico por meio de quatro ferramentas relacionadas à matéria e à quantidade. Etimologicamente, trivium significa “o cruzamento e articulação de três ramos ou caminhos”. Esse grupo de

disciplinas incluía a lógica (ou dialética), a gramática e a retórica.

1. a) Lógica ou Dialética – se não temos condições de organizar nosso pensamento/ raciocínio com método, teremos muita dificuldade em desenvolver uma argumentação sagaz e sutil. “Dialética é a maneira de filosofar que procura a verdade por meio da oposição e conciliação de contradições, desenvolvendo a realidade (tese, antítese, síntese), partindo de uma previa identidade entre a realidade e a razão – arte de discutir”. Com o desenvolvimento dessa disciplina teremos condições de combater os tiranos que procuram impingir conceitos e teses que somente beneficiam a eles próprios.

2. b) Gramática – “ciência da linguagem, isto, é ciências das leis que regem a formação e estrutura dos idiomas/línguas, – arte de ler e escrever”.

Como poderemos combater a Ignorância, a Tirania, e o Fanatismo se não temos domínio da língua. A capacidade de nos comunicar através da língua é fundamental, e não existem condições de diálogo, se não conseguimos entender a fundo do que esta se falando e de que forma o assunto esta sendo colocado. Existem varias formas de se dizer a mesma coisa, todavia existem varias formas de se dizer coisas que parecem relacionadas ao assunto debatido, todavia nenhuma relação de fato existe. Esse tipo de disciplina é muito importante quando assinamos contratos bilaterais, pois o perfeito entendimento do texto e condição imprescindível para não termos problemas futuros e/ou sermos enganados por impostores.

3. c) Retórica – “a arte que expõe as regras para bem dizer ou para falar eloquentemente, ou seja, a arte de ornar o discurso”.

Para combater a Ignorância, Tirania e Fanatismo, não basta a arte de ler e escrever, a arte de discutir se não temos a arte de ornar o discurso. Podemos ter uma peça de arquitetura com um texto muito bem elaborado, com sólidos argumentos e não termos condições

de transmitir com emoção e técnica de oratório o material desenvolvido. As artes que compõem o trivium teriam como objetivo prover disciplina à mente, para que esta encontre expressão na linguagem, especialmente no que se refere ao estudo da matéria e do espírito. De acordo com definições clássicas, a matéria teria como característica essencial o número e a extensão, temas analisados respectivamente pela aritmética e pela música, bem como pela geometria e astronomia (ou astrologia clássica). Segundo esta mesma definição, o espírito teria como caractere essencial o número. (BATISTA, 2016, pp. 1-2)

Retomando a apreciação sobre o papel do processo de ensino-aprendizagem na dinâmica associativa entre conhecimento científico e ideologia, sabe-se que a escola deve cumprir três funções complementares (ZIMBRES, 2015, p. 2):

- a função socializadora, isto é, tornar seus alunos conscientes das relações econômicas que condicionam a vida dos seres humanos, reguladas exclusivamente pelas leis de mercado (relativismo cultural e histórico, a ética pragmática do vale tudo, a concorrência selvagem, o individualismo egocêntrico, o reinado das aparências, das modas, do

ter sobre o ser entre outros);

- a função instrutiva, que se desenvolve mediante a atividade ensino-aprendizagem, sistemática e intencional e dos modos de organização da convivência e das relações interindividuais;
- a função educativa, ou seja, exercer sua intenção essencial de oferecer às futuras gerações ou futuros profissionais a possibilidade de questionar a validade antropológica daqueles influxos sociais, de elaborar alternativas e de tomar decisões relativamente autônomas.

Zimbres (2015, p. 2) esclarece que o resultado precípua dessa somatória deve ser a formação de cidadãos autônomos, conscientes, informados e solidários. Isso requer uma escola onde se possam recriar a cultura, não uma academia para aprendizagens mecânicas ou aquisições irrelevantes, mas uma escola viva e comprometida com a

análise e a reconstrução das contingências sociais, em que os estudantes e os docentes aprendem ao mesmo tempo em que vivem os aspectos mais diversos da experiência humana. Mas para que isso ocorra é necessária a mediação do docente, profissional que se presta – teoricamente – à formação de cidadãos autônomos, conscientes, informados e solidários.

Transportando essa visão idealizada para um projeto escolar amplo e democrático, deverá ser criada a perspectiva de entendimento do fato de que (ZIMBRES, 2015, p. 2) as metas da função educativa do docente desenvolveram duas correntes e posições relativamente distintas: a concepção política do docente como intelectual comprometido com o processo de libertação do indivíduo, dos grupos e das culturas em relação às formações injustas das convenções sociais; e a concepção mais liberal de reafirmar o propósito de facilitar a reflexão e o contraste de cada indivíduo com as representações subjetivas dos demais, com o objetivo de formular consensos de intervenção para melhorar a prática individual e coletiva. Ressaltando, em tempo, que em ambos os enfoques, o professor é

considerado um profissional autônomo que reflete criticamente sobre a prática cotidiana para compreender tanto as características específicas dos processos de ensino e aprendizagem como do contexto em que o ensino tem lugar, de modo que sua atuação reflexiva facilite o desenvolvimento autônomo e emancipador, denominado também pedagogia crítica.

Indo em rota de colisão (ZIMBRES, 2015, p. 3) com os princípios defendidos por Paulo Freire - de que tudo está em permanente transformação e interação - esse ponto de vista do educador implica uma concepção do ser humano como histórico e inacabado e, conseqüentemente, sempre pronto a aprender e que, no caso particular dos professores, isso se reflete na necessidade de formação rigorosa e permanente. Paulo Freire dizia que o mundo não é, o mundo está sendo. É impossível negar a realidade que muitos docentes abusam da audiência cativa dos alunos, com o objetivo de cooptá-los para essa ou aquela corrente ideológica, política ou partidária. Sem correr o risco de tentar ser “mais realista que o Rei”, é inegável a constatação de que não existe liberdade de expressão no exercício

estrito da atividade docente, como também não existe liberdade de expressão quando a pessoa se dirige a indivíduos que são obrigados a escutá-la, como os alunos em uma sala de aula.

Trata-se de uma atitude calculista, dolosa, vã e perdulária de extrapolação de premissas e de confiança, “moléstia” essa que, infelizmente, acomete uma grande parcela de docentes que se consideram partidariamente e ideologicamente engajados em algum tipo de “cruzada” que lhes confere tanto o pretensão de agirem à margem das regras como os tornariam inimputáveis em relação às transgressões de suas ações. Essa “viseira oportuna” lhes salva de ter de lidar com a compreensão de que (ZIMBRES, 2015, p. 3) o que a Carta Magna assegura ao professor é a liberdade de ensinar. Essa liberdade, porém, não confere ao professor o direito de abusar do seu cargo e da audiência dos alunos para promover suas convicções políticas e ideológicas, e, acrescenta-se, ainda que, além de violar a liberdade de consciência dos alunos, essa prática ofende o princípio constitucional da neutralidade política e ideológica do Estado.

Para Ioschpe (2014), a ideologização tem conseqüências nefastas para a educação. “No nível micro, porque vai contra as práticas que a literatura aponta como importantes para o sucesso acadêmico: professor presente e comprometido, com conhecimento de conteúdo que ensina. No nível macro, porque impele à desesperança e justifica o fracasso: os alunos não aprendem porque a sociedade não se importa, portanto não há nada que o professor possa para melhorar a qualidade da educação, além de criar cidadãos conscientes que, em uma geração futura, poderão mudar essas estruturas carcomidas e parturejar a aurora do novo mundo (p.31). Conclui ressaltando que enquanto a sociedade não conseguir convencer os professores de que, até para ser um revolucionário, o aluno precisa saber ler, escrever e fazer as operações matemática básicas, vamos gastar muito latim em discussões animadas, sem nenhum resultado concreto.

A ideologização no ensino e a doutrinação política em sala de aula tomaram uma dimensão que não nos permite mais ignorar o problema (*Gazeta do Povo*, 2014, grifo nosso). O jornal vem denunciando estes fatos, mostrando que o viés politizado se manifesta em questões dos vestibulares e do Enem ou no conteúdo de livros didáticos, inclusive naqueles adotados na rede pública de ensino. (ZIMBRES, 2015, p. 3)

Assim, o aspecto que causa maior estupor ao Historiador que se apegua à missão de Clio – a Proclamadora – é a constante transfiguração, ou até mesmo travestimento dos estudos históricos a uma lógica de mercado de modismos e

escolas sazonais, em um processo tresloucado de gênese, entropia e catarse, além do recorrente e onipresente aprimoramento tétrico das técnicas de reengenharia e supressão de épocas/períodos, personagens, acontecimentos/eventos e contextos com a primordial missão de desinformação, de manipulação e de convencimento vil através da inverdade e da criação de enredos ideologizados, idiossincráticos e verborrágicos. É impossível, ao menos, não se sentir constrangido mediante tal quadro dantesco. Agora, reagir a tal estado lamentável de coisas depende das convicções de cada um e da coragem para se mostrar contrário e não adepto a esse “universo paralelo e descontinuado”, e de se buscar o debate livre e democrático.

Alto lá: militares não fazem e nem têm história

Por mais absurdo que a afirmação que dá título a essa subseção possa parecer, ela mesma já se transformou em um bordão, numa espécie de mantra entre certos segmentos acadêmicos que parecem não entender que a atuação dos militares e a sequência de guerras são

fatores essenciais que ao longo de toda a caminhada humana ajudaram a moldar o mundo como hoje o conhecemos. A História Militar e a Polemologia – o estudo científico/antropológico do fenômeno das guerras dentro do processo cultural e civilizatório – (ALMEIDA DE OLIVEIRA, 2011, p. 1) são tanto relegadas a segundo plano, como parecem ser tratadas como párias leprosas da evolução institucional ao longo do tempo, demonstrando que há sim – inquestionavelmente – uma mentalidade não isonômica, e que teimosamente persiste em separar/segregar do escopo amplo e diversificado da pesquisa séria tudo aquilo que lhe é adverso/avesso ou de difícil compreensão, uma espécie de “cordão sanitário” de todas as áreas que não se prestam a corroborar seu discurso primário e, por extensão, não lhe seja útil na formação de uma almejada e direcionada consciência coletiva, alijando do domínio público contestações e/ou versões indesejáveis ao discurso que se pretende impor.

Esse problema, que começa em muitas faculdades, continua com a atuação ideologizada de muitos docentes na sala de aula ao se esforçarem para criar um círculo

vicioso doutrinário totalmente avesso ao contraditório e ao debate. Zimbres (2015, p. 4) nos lembra que, em uma sociedade democrática, o Estado deve oferecer a todos os indivíduos a educação, proporcionando-lhes instrumentos que possam garantir não só a sua liberdade, mas também a sua ascensão social; entretanto, ela está longe de reduzir as desigualdades sociais e contribui para reproduzi-las, daí atestar que: fica claro para nós que a cultura escolar é uma cultura particular - a da classe dominante, transformada em cultura legítima e indiscutível. A escola recebe a delegação pelo grupo dominante de um poder de imposição e pode impor conteúdos de acordo com interesses deste grupo, ou seja, **a cultura escolar não é neutra** (o grifo é nosso); quanto à ideologização em sala de aula, ocorre o que Bourdieu chama de violência simbólica, em que o professor impõe aos alunos uma visão de mundo de acordo com seus interesses, com o objetivo de fazer valer certas realidades pessoais, manipulando a imagem de si mesmo e, principalmente, das suas posições no espaço social.

Sendo o mais breve possível (ALMEIDA DE OLIVEIRA, 2011, p.

1), ao historiador, principalmente ao que se dedica ao nobre e portentoso ofício da pesquisa militar, esse tipo de postura covarde e diletante não cabe e, tampouco se incentiva ou se recomenda, visto que ao trabalhar sobre um dos grandes imponderáveis milenares da natureza humana, ele já assume uma postura – simultânea – de estrategista e de combatente; certamente que vale o risco de se caminhar sob terreno minado, de empreender jornada na terra de ninguém. Concordo com aqueles que afirmam que os estudos históricos não devem ser encaminhados como que presos aos grilhões do passado, já que sabem com uma invejável e resoluta sobriedade que o futuro é uma construção do ontem que se transformou e possibilitou o hoje e que nos aponta e nos impulsiona para o amanhã, como muito bem expresso na afirmação de Dwight David “Ike” Eisenhower "Nem o homem sábio nem o corajoso se deita nos trilhos da história para esperar que o comboio do futuro o atropele".

Por conseguinte (ALMEIDA DE OLIVEIRA, 2011, p. 1), parece ser intrínseca à formação do senso comum a aceitação e a persistência da dissimulação e do erro, por mais

grosseiro e absurdamente notório que seja, e nas masmorras do nivelamento por baixo do nosso processo cultural o entendimento da gênese e do dimensionamento dialético da guerra parece ser um dos seus “condenados” mais injustiçados e um dos “bodes expiatórios” mais recorrentes. O mais irônico desse tipo de aberração do conhecimento (ibidem, pp. 1-2) – na verdade pseudoconhecimento – é que ele possui uma serventia maléfica, levando em conta que pior que a falta de informação ou da sua compreensão é a sacralização da desinformação e a sua fácil disseminação entre os mais incautos e mais afeitos à manipulação intelectual, pois como afirmava Adolf Hitler, na sua lógica canhestra e dissimuladora, “Torne a mentira grande, simplifique-a, continue afirmando-a, e eventualmente todos acreditarão nela”, uma incômoda assertiva que encontra eco, e reverberação tanto na certeza de que “Toda propaganda tem que ser popular e acomodar-se à compreensão do menos inteligente dentre aqueles que pretende atingir” como na inequívoca percepção de que “O homem que não tem sentido na História, é como um homem que não tem ouvidos nem olhos”.

Aqueles que não percebem, nos desdobramentos da guerra, seus “motores” e nem suas quase infinitas, e sempre atualizadas, “variáveis” são, por extensão, suas maiores vítimas, sendo, portanto, incapazes de, concomitantemente, sentir/absorver seus verdadeiros e profundos efeitos/impactos e de tampouco se qualificarem a se beneficiarem da formação de inteligência a seu respeito. O primeiro passo é buscar associações/analogias que nos permitam ir além do convencional, quase nem sempre correto, e da trivialidade linear, como, por exemplo, a ideia de que a belicosidade visa satisfazer aspectos de justiça ou de reparação de direitos ofendidos, o que nos remete a uma principiologia dual e instigante, como a contida no conceito de guerra justa – uma ideia surgida na Roma Antiga, com base em aspectos da filosofia cristã primitiva, revitalizada com surgimento dos Estados Nacionais Modernos –, conforme exposto por Marie Françoise Furet “A guerra não é mais o que era. O Direito não é sempre o que deveria ser. Um progride na força da destruição, enquanto outro persiste na fraqueza das proteções”. (ALMEIDA DE OLIVEIRA, 2011, p. 2)

Ao trabalhar nessa área específica, sendo testemunha ocular e presencial da dedicação dos meus pares na sua missão de difundir uma História Militar concisa, e a mais isonômica e abrangente possíveis, cada vez mais me convenço que o mínimo de ordem, de organização e de compromisso com a interpretação historiográfica dos

eventos/fatos/períodos incomoda em muito aos que divinizam o caos. Homens e mulheres em armas sempre estarão a ajudar na construção da História, quer se queira, ou não.

História delivery/self-service: qualidade não garantida

O consumismo histórico existe para todos os gostos e públicos. E, necessariamente, nem precisa ser uma produção histórica autêntica, em alguns casos, apenas precisa parecer ser, pois há uma grande demanda, um público voraz por esse segmento de “produtos piratas”.

Vejamos algumas dessas opções pouco saudáveis ao conhecimento historiográfico.

Almeida de Oliveira (2016, p. 5) cita Hartog (François), o qual insiste que, ao propor que vivemos este corte temporal, não quer ser mais um a celebrar o “fim da história”, mas estimular a reflexão, desfazer a evidência do presente, “historicizar” o presente. Neste presentismo pós-1989, vivemos já no absoluto, pois temos a velocidade onipresente então: “para que olhar para trás?; veloz, o presente torna-se eterno; cada um está persuadido de que cada dia será seu

último dia; e assim se quer apreciar cada hora, porque só o presente é felicidade; o passado e o futuro são desvalorizados em nome da vida e da arte”.

Em outro segmento dessa cadeia produtiva de improbidades e falseamentos:

Para White (Hayden), o historiador não pode continuar tão ingênuo, não pode mais ignorar a estreita relação entre história e mito. A história não é uma ciência porque não é realista, o discurso histórico não apreende um mundo exterior, porque o real é produzido pelo discurso. O que o historiador produz são “construções poéticas”. É a linguagem que constitui o sentido. A história é uma representação narrativa de representações-fontes. Os próprios documentos históricos já são representações, interpretações, e não são o passado em si. A narrativa histórica é uma “construção imaginativa” do passado. O historiador jamais narra o que aconteceu, por mais que recorra a técnicas de controle de suas fontes. Não há rigor científico em história que possa garantir a objetividade (...)

Enfim, White conclui: não há oposição entre história e ficção. A história é poética, construída com a linguagem figurativa, é uma disputa entre figurações daquilo que o passado poderia consistir. O historiador produz construções poéticas e se ilude quanto à realidade e verdade de seus relatos. Que os historiadores se irrite com o apagamento da fronteira entre o real e o ficcional! Mas, não podem evitar de pensar sobre o seguinte: a explicação histórica não é dada pelo conteúdo factual. A história adquire sentido da mesma forma que o poeta e o romancista dão sentido ao real. E, para White, isto é bom para

a historiografia e para a sociedade. A historiografia não é diminuída quando aproximada da literatura, que é também um saber superior. Afinal, só o conhecimento científico é válido? Ao aceitar se relacionar com a ficção, a historiografia se livra de visões corretas, seguras, que só são ideologias perigosas. O ideológico fica reconhecível quando se reconhece que é ficcional. A história precisa reconhecer as suas relações com a imaginação literária, não pode mais reprimi-la e, por isso, é preciso refazer a teoria da disciplina histórica. (ALMEIDA DE OLIVEIRA, 2016, p. 6)

Benjamin Wiker (2015, p.7), no seu livro, “10 Livros que estragaram o mundo: e outros que não ajudaram em nada (ideias têm consequências)” constata que o bom senso e um pouco de lógica nos advertem que, se ideias têm consequências, então más ideias têm más consequências. E, ainda mais óbvio: más ideias escritas em livros tornam-se muito mais duráveis, infectam gerações e mais gerações, ampliando a miséria do mundo.

Uma dessas semelhanças (entre Rorty e Gramsci), a mais significativa, é a negação do conhecimento objetivo e a conseqüente redução da atividade intelectual à propaganda e à manipulação das consciências. Tanto Gramsci quanto Rorty negam que o conhecimento humano possa descrever o real, e declaram que a única finalidade dos nossos esforços culturais e científicos é expressar desejos coletivos. Para um e para outro, não há conceitos

universais, nem juízos universais válidos, mas pode-se “criar” universais pela propaganda, fazendo todas as pessoas compartilharem das mesmas crenças, ou melhor, das mesmas ilusões. A função da intelectualidade é portanto gerar essas ilusões e, como diz Rorty, “inculcá-las gradualmente” na cabeça do povo. Eles divergem somente quanto à identidade do intelectual: para Rorty, ele se constitui da comunidade acadêmica; para Gramsci, é o Partido ou “intelectual coletivo”. (ALMEIDA DE OLIVEIRA, 2016, p. 7)

Olavo de Carvalho (1999, p. 58), em “O imbecil coletivo: atualidades inculturais brasileiras” (1999, p. 58), promove a interpretação segundo a qual essas duas entidades fantasmagóricas, incumbidas de dirigir as consciências de seres desprovidos de consciência, e formadas elas mesmas de indivíduos que por si não têm consciência nenhuma, têm em comum o maior desprezo pelos argumentos e provas e um gosto pronunciado pela ação psicológica que vai moldando os sentimentos da massa sem dar margem a discussões nem prestar satisfações à exigência de uma “verdade”. Em ambas, a astúcia de manipular o real substitui a inteligência de conhecê-lo. Manipular o real? Não. Manipular a sua imagem na mente do público.

Entre tantas “opções nas prateleiras”, a História corre o risco de

ser mais um produto que entre tantos adendos, cortes e modificações de perder sua “marca registrada” na caminhada humana. E isso só é uma catástrofe anunciada porque quase ninguém faz nada: ou por inépcia, ou por comodidade, ou então que quer mesmo é “ver o circo pegar fogo”.

Considerações finais

O que foi feito, ao longo dessas páginas, foi pura e simplesmente tentar “vender o meu peixe”, produzir alguma forma de convencimento, fazer valer, e ter proeminência minhas ideias e visões de mundo. Até aí nada de novo, e nem de ilegal ou irregular, uma vez que, ao apresentar minhas convicções e posicionamentos sobre a temática hora em apreciação, tal postura sempre esteve escudada na premissa da promoção do debate livre, democrático e salutar de ideias, do confronto criativo e evolutivo do contraditório/oposto, pois como nos ensinou Voltaire “Não acredito numa única palavra do que você disse, mas defendo até a morte o direito de dizer o que pensa”.

Sinceramente, não há nada de novo na prática da ideologização da História, pois cada grupo que chegou ao poder sempre se esforçou por enfatizar tudo aquilo que lhes conferia um caráter heroico, salvacionista e mesmo messiânico; enquanto em outras frentes buscava apagar suas incoerências e malfeitos ao mesmo tempo em que reorganizava a narrativa, e até mesmo a sequência de eventos/fatos para inviabilizar qualquer ação benéfica e produtiva dos seus inimigos. Ecoa como grande diferencial contemporâneo o fato de que essa (re)montagem histórica milenar se tornou uma das principais armas de dois poderosos arsenais da atualidade: o político-partidário, para arregimentar, fidelizar e fanatizar seus afiliados; e sua ingerência no processo de ensino-aprendizagem, de forma coercitiva tanto com alunos como com docentes.

É natural queremos ser admirados, fazer parte de algo maior. Contudo, não vale a pena negar a si mesmo, ou ao que acredita; basta perguntar a Fausto, de Goethe.

Referências

ALMEIDA DE OLIVEIRA, Cleber. **A batalha por um entendimento sobre a natureza da guerra**. Santos Dumont (MG): 2011.

_____. **Palestra Polemologia**. Valença (RJ): 2016.

BATISTA, Joaz. **As sete ciências**. 2016. Disponível em: <<https://blogdojovemaprendiz.wordpress.com/2016/10/28/as-sete-ciencias/>> Acesso em: 10 mar. 2019.

CESAR, Henrique. **Ciência e ideologia**. 2013. Disponível em: <<http://www.administradores.com.br/producao-academica/ciencia-e-ideologia/5848/>> Acesso em: 10 mar. 2019.

PANSARELLI, Daniel; PANSARELLI, Michelle Larissa Gandolfo. **História, currículo e ideologia: considerações acerca do desenvolvimento do componente curricular História na educação básica brasileira**. São Paulo: Educação & Linguagem, Universidade Metodista, vol. 13, nº. 22, jul.-dez., 2010, pp. 277-292.

ZIMBRES, Sidney Forghieri. **A ideologização no ensino: uma breve discussão**. Buenos Aires (ARG): EFDeportes.com, Revista Digital, ano 20, nº. 211, dez., 2015.

O(s) autor(es) se responsabiliza(m) pelo conteúdo e opiniões expressos no presente artigo, além disso declara(m) que a pesquisa é original.

184

Recebido em 10/03/2019

Aprovado em 23/06/2019